----------ATA Nº. 3----------

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2021: Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, em sessão extraordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Senhor Presidente da Mesa Carlos Alberto da Costa Cabral e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor João Manuel Ferreira Louzado e a Senhora Maria João Rodrigues dos Santos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação da Ata n.º 2; ----------

2) Proposta para Transmissão Via Streaming das próximas Sessões da Assembleia Municipal de Mealhada; ----------

3) Proposta ao Executivo n.º 19/2021 – Mandato 2021-2025 – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para aplicação no ano de 2022; ----------

4) Proposta ao Executivo n.º 20/2021 – Mandato 2021-2025 – Derrama; ----------

5) Proposta ao Executivo n.º 21/2021 – Mandato 2021-2025 – Imposto Municipal sobre Imóveis; ----------

6) Proposta ao Executivo n.º 22/2021 – Mandato 2021-2025 – Participação Variável de IRS; ----------

7) Proposta ao Executivo n.º 23/2021 – Mandato 2021-2025 – Prorrogação dos Acordos de Execução celebrados com Freguesias; ----------

8) Proposta ao Executivo n.º 24/2021 – Mandato 2021-2025 – Documentos previsionais para o ano de 2022; ----------

9) Proposta ao Executivo n.º 26/2021 – Mandato 2021-2025 – Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mealhada para o ano 2022; ----------

10) Proposta ao Executivo n.º 27/2021 – Mandato 2021-2025 – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais; ----------

11) Proposta ao Executivo n.º 32/2021 – Mandato 2021-2025 – Nomeação de auditor externo; ----------

12) Proposta ao Executivo n.º 33/2021 – Mandato 2021-2025 – Prorrogação de medidas excecionais de apoio no âmbito da pandemia da doença COVID-19 – Isenção de Taxas até final do mês de março do ano de 2022; ----------

13) Proposta ao Executivo n.º 24/2021 – Mandato 2021-2025 – Medidas excecionais de apoio no âmbito da pandemia da doença COVID-19 – Proposta de aprovação de suspensão, a título excecional e temporário, da norma do artigo 25º do Regulamento Municipal das atividades de comércio a retalho não sedentário exercida por feirantes e vendedores ambulantes e de prestação de serviços de restauração ou bebidas não sedentário. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, o 1.º

Secretário da Mesa, Senhor João Manuel Ferreira Louzado, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, Elisa Carla de Abreu Simões, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga e Mário Rui de Abreu Cunha estiveram presentes. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, João Manuel Lima Louceiro e José Alves Rosa solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se, respetivamente, por António Nogueira das Neves e Tiago Daniel Henriques Ferreira. ----------

O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Abílio Lopes Semedo, comunicou a sua substituição pelo Senhor Filipe Jorge de Melo Amaral Castela Simões, Secretário da citada Junta de Freguesia. ----------

O Senhor João Carlos Henriques da Silva, Vogal-Secretário da Junta de Freguesia do Luso entregou ofício à Mesa, no qual constava a comunicação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Luso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, de impossibilidade de comparência na Sessão e delegando em si as respetivas competências. ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira não esteve presente, por motivos justificados, nomeadamente acompanhamento de familiar doente. ----------

Estiveram ainda presentes os Senhores Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Fernandes Franco, a Senhora Vice-Presidente Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e os Senhores Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Gil António Baptista Ferreira, Luís Filipe Tovim Ferreira e Sónia Maria Pereira Leite. ----

Seguidamente foi a Mesa abordada pela Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira no sentido de realizar uma Interpelação à Mesa, à qual foi respondido pelo Senhor Presidente da Mesa Carlos Alberto da Costa Cabral que sendo esta uma reunião extraordinária não estava previsto Período Antes da Ordem do Dia e por conseguinte não eram permitidas intervenções fora do Período da Ordem do Dia, tal como consta do Regimento da Assembleia Municipal, mas dada a insistência da Senhora Deputada e o fato de considerar ser este um órgão em que todos podem emitir opinião, caso não houvesse objeção de ninguém, o iria permitir excecionalmente. (início: após 02 minutos; fim: após 04 minutos) ----------

Interveio então a Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, que no uso da palavra, disse que Interpelava a Mesa com o assunto da Irregularidade da

convocatória da Sessão da Assembleia Municipal que estava a decorrer, expondo que já no próprio dia da citada convocatória tinham expressado as suas dúvidas, via e-mail, quanto à legalidade de que se pudesse realizar uma reunião extraordinária estando em causa a análise do orçamento e que por esse facto deveria a mesma ser ordinária, pois os pressupostos de convocação são diferentes e permitem condições de exercício do mandato diferentes. ----------
Continuou dizendo que também a disponibilização desses mesmos documentos relativos ao orçamento não ocorreu 10 dias antes da data da realização da reunião, acrescentando ainda que esta intervenção tinha como finalidade tão só proteger toda e qualquer deliberação que viesse a ser produzida e que a questão nunca estava na aprovação do Orçamento mas sim na formalidade de convocação da Assembleia.
Nesta etapa da intervenção da Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira ocorreu uma falha de energia elétrica que impossibilitou a continuidade da mesma e o desenvolvimento normal da Sessão que decorria, tendo sido retomada logo que resolvida essa contrariedade. ----------
Retomou então a Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, dizendo que tendo sido ano de eleições o orçamento poderia ser apresentado até janeiro do próximo ano mas que o Executivo o apresentou, e bem, com antecedência e portanto deveria a Sessão ter assumido carácter ordinário, e que apesar do alerta feito manteve-se o carácter extraordinário da mesma. Complementou justificando esta postura perante a questão dizendo que não a iriam desvalorizar, sublinhando que o incumprimento das regras de funcionamento pode determinar a ineficácia das decisões tomadas e era isso que pretendiam evitar e que não seria ético nem correto e estariam a desrespeitar o mandato que lhes foi conferido se o fizessem, terminando por realçar que não era o orçamento que estava em causa mas sim a gestão do órgão e que o Senhor presidente deve zelar pelo mesmo e que ao abrigo do Estatuto dos Eleitos Locais e nos termos do artigo 46º do Regimento da Assembleia Municipal requeria oralmente a suspensão da reunião e envio de nova convocatória sanadas as irregularidades, sob pena de se ausentarem da citada Assembleia. (início: após 04 minutos; fim: após 13 minutos) ----------
Prosseguiu o Senhor Presidente da Mesa, que no uso da palavra questionou a Senhora Deputada Joana Sá Pereira o porquê de se exprimir no plural dado que não foi comunicado à Mesa nenhuma constituição de Grupo Municipal pelo Partido Socialista e desconhece quem são os seus responsáveis. Continuou dizendo que, tal como foi solicitado no mencionado e-mail a questionar o agendamento de sessão extraordinária enviado pela Senhora Deputada Joana Sá Pereira, tem na sua posse um parecer jurídico que confirma a legalidade da Sessão e que já em mandatos anteriores, nomeadamente a 28 de dezembro de 2015, foi realizada uma Sessão Extraordinária para aprovação do orçamento de 2016 e não existiu nenhum prurido legal quanto a isso, mas que tinha a Senhora Deputada direito a emitir a sua opinião. Esclareceu que a Câmara Municipal podia apresentar o orçamento até 18 de janeiro de 2022 e que se fosse convocada uma Sessão em janeiro seria ela igualmente extraordinária, caso contrário teria de se aguardar até fevereiro para aprovar o

orçamento. Prosseguiu referindo que a Câmara Municipal tinha aprovado o orçamento no dia 13 de dezembro e muito bem, como foi reconhecido, tendo comunicado ao final da semana à Assembleia Municipal esse facto, sendo que no dia 20 do mesmo mês ainda tinham procedido à entrega de mais documentação, que constava da Ordem de Trabalhos, e assim no dia 21 de dezembro foi a Assembleia convocada e enviada a respetiva documentação, sublinhando que a data agendada foi escolhida de modo a permitir que, caso não houvesse quórum ou o tempo de funcionamento da Sessão fosse ultrapassado, a mesma pudesse transitar para o dia seguinte, uma vez que no dia 31 de dezembro haveria tolerância de ponto para os funcionários e seria passagem de ano, terminando por dizer que, no seu entendimento, a Lei não tinha sido violada. (início: após 13 minutos; fim: após 18 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Nuno Veiga, que no uso da mesma referiu que tinha na sua posse não só uma nota explicativa da Direção- Geral das Autarquias Locais, de outubro de 2014, acerca da interpretação dada ao artigo 27º da Lei 75/2013, e que ia no sentido do defendido pelo Senhor Presidente da Mesa mas também o Edital da citada sessão extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2015, da qual tinha participado e manifestava agora apreensão por ter eventualmente cometido uma ilegalidade, tal como tinha expresso preocupação em momento próprio, relativamente a deliberações tomadas no mandato anterior, e o mesmo tinha sido desconsiderado. Continuou dizendo que tendo sido mencionada a honestidade, a boa-fé e o cumprimento da lei, que são importantes na aprovação dos pontos na Ordem de Trabalhos, levantou a questão acerca de existir, ou não, preocupação relativamente a não terem sido objeto de aprovação as Atas das três últimas sessões da Assembleia Municipal do último mandato, em que foram tomadas decisões importantes, salientando que não pode haver dualidade de critérios nas posições assumidas. (início: após 18 minutos; fim: após 21 minutos) ----------

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, que no uso da mesma disse que a questão levantada não passava de uma cortina de fumo e se deveriam focar no que realmente interessava. Continuou dizendo que pela lógica exposta pela Senhora Deputada Joana Sá Pereira o orçamento e o plano só poderiam ser aprovados em sede de assembleia ordinária, contudo a Lei impõe o limite de cinco sessões ordinárias anuais e tendo já sido atingido esse limite, esta sessão teria que ser forçosamente extraordinária sob pena de só em fevereiro do ano seguinte ser possível deliberar sobre o assunto, sendo que resultaria também daí um vício jurídico grave, ferindo os princípios da legalidade e proporcionalidade, pois contrariava o prazo de 90 dias previsto na Lei para, no caso de ocorrerem eleições para o órgão executivo municipal entre 30 de julho e 15 de dezembro, apresentar proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, ou seja, até dia 18 de janeiro de 2022. Finalizou afirmando que a dialética sobre a tipologia que a presente sessão da assembleia deveria assumir era um mero entretinimento e uma perca de tempo. (início: após 21 minutos; fim: após 25 minutos)

De seguida o Senhor Presidente da Mesa esclareceu que não iriam ser admitidas mais intervenções, pois já tinha sido permitido excecionalmente as que ocorrerem e não podia consentir que se iniciasse uma discussão em torno da questão. (início: após 25 minutos; fim: após 26 minutos) ----------

Ato contínuo, os Senhores Deputados Municipais: Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Rui Manuel Ribeiro César, Ana Sofia da Costa Lousado, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, João Miguel Leite Martins Silva, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte e o Senhor João Carlos Henriques da Silva, Vogal-Secretário da Junta de Freguesia do Luso, presente em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Luso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, abandonaram a Sessão que decorria. Abandonaram igualmente a Sessão os Senhores Vereadores Luís Filipe Tovim Ferreira e Sónia Maria Pereira Leite. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo-se inscrito os Senhores Óscar Manuel Ferreira Carvalho, Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, Sara Patrícia Batista Fernandes e António Gaspar, sendo informados, antes de iniciar as suas intervenções, que as mesmas iriam ser objeto de transmissão Via Streaming, nomeadamente no Youtube e no Facebook. ----------

1) No uso da palavra, o Senhor Óscar Manuel Ferreira Carvalho iniciou por referir a questão da carreira que faz de Viseu – Coimbra e vice-versa, e que a mesma passava entre o Museu e o Palace, atravessando toda a mata do Buçaco mas que desde 2014 deixou de o fazer. Continuou dizendo que já tinha solicitado esclarecimentos acerca da situação, em sede de Assembleia de Freguesia, e o Senhor Presidente da respetiva Junta de Freguesia respondeu que a Fundação Mata do Buçaco teria enviado uma carta a relatar a situação mas que até agora nada foi alterado, e por isso pedia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para enviar um queixume à Transdev, pois tinha conhecimento que foi uma decisão dos motoristas deixar de passar dentro da mata e que não fica bem tendo em conta os turistas. Prosseguiu questionando acerca da extinção da Empresa da Água do Luso e da falta de informação acerca desse mesmo processo e das ações adotadas contra a Central de Cervejas, salientado que a população do Luso tem o direito a saber o que foi e iria ser feito acerca disso. Questionou de seguida acerca do plano de pormenor da Quinta do Alberto e do seu desenvolvimento e atual situação, continuando por indagar também sobre um projeto de 2012, de requalificação da Avenida dos Castanheiros, e do estado do mesmo. Finalizou por perguntar a respeito da segunda fase de requalificação do centro do Luso, sendo que o anterior Presidente da Câmara afirmou que as mesmas estavam concluídas mas que tal não correspondia à verdade e que agradecia que fosse feito algo, de preferência antes do mês de maio, início da época termal. (início: após 26 minutos; fim: após 32 minutos) ----------

2) No uso da palavra, o Senhor Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"Boa noite a todos e a todas, ----------

Cumprimento executivo, vereadores, membros da assembleia municipal, público presente e aos cidadãos que nos assistem através do Youtube ou Facebook. O Bloco de Esquerda espera que as próximas assembleias municipais, sejam transmitidas online, é uma forma da política local se aproximar dos cidadãos. ----------

Em nome do Bloco de Esquerda trago algumas questões, que passo a colocar: -----

1 EB23 – Iluminação - Queremos saudar o esforço que foi feito com as iluminações de Natal no concelho. Contudo, a EB2/3 continuou às escuras, pelo menos até ao fim das aulas. Na passada reunião colocámos aqui o problema da iluminação nesta escola por falta de manutenção dos seus candeeiros exteriores. ----------

Sabe o sr presidente dizer quando é que este "apagão" vai ser resolvido? ----------

2) "Apagão" de atas ----------

Queremos falar de outro tipo de "apagão" insólito. O Bloco de Esquerda verificou que no site da câmara e referente às atas do último mandato, não há qualquer registo áudio nem de texto sobre as três últimas reuniões da AM. Quem for apanhado desprevenido, vai pensar que os trabalhos deste órgão acabaram em abril, mês da última ata que lá se encontra. Contudo, este órgão teve uma reunião ordinária a 29 de junho, onde se aprovou, por exemplo, a proposta de recomendação do BE sobre os direitos da comunidade LGBT ; teve reunião extraordinária em 20 de setembro, onde se decidiu, por exemplo, sobre a desafetação do domínio público municipal da empresa Maxividro, se aprovou o regulamento do mercado da mealhada e a 3ª revisão orçamental e teve a última reunião ordinária em 30 de setembro, onde se teve acesso, por exemplo, ao parecer do auditor externo. Destas reuniões nunca foram apresentadas as atas respetivas. Na altura o BE questionou sobre isto, e recordamos que a resposta foi que devido ao calendário de pré tomada de posse do novo executivo, não se poderiam tomar deliberações, logo não se poderiam votar atas, questão que nos levantou muitas dúvidas. ----------

Não tendo os senhores responsabilidades neste caso, gostaríamos de saber a vossa opinião, pois parece-nos que deste imbróglio fica um autêntico apagão sobre o trabalho e as decisões que na altura foram aqui tomadas pelos senhores deputados. Ficam as decisões sem efeito, uma vez que delas não há qualquer registo? ----------

3 - Em dezembro termina o projeto experimental SIT FLEXI, o Bloco de Esquerda pretende saber se este projeto vai continuar e passar por todas os lugares do concelho da Mealhada ou se vão criar uma rede de transportes municipalizados. ---

4- Fala-se da requalificação da baixa da Pampilhosa, adjudicação do Chalet Suisso, no entanto, não podemos esquecer que a Fábrica das Devesas foi adquirida em 2011 pelo atual presidente da assembleia municipal, quando exercia a função de presidente de câmara. Pergunto qual o plano que este executivo tem para a Fábrica das Devesas, o anterior executivo adquiriu a Quinta do Murtal, pergunto se tem algo delineado, assim como o Teatro do Luso relembro que foi adquirido em 2007 pelo

executivo camarário e até hoje continua a degradar-se a cada dia que passa, precisamos de respostas, para as situações que ficaram pendente. ----------
5- Pergunto sobre os lugares a prover que estão presentes no mapa de pessoal de 2022, se todas as vagas serão preenchidas por contrato por tempo indeterminado ou a avença poderá ser uma possibilidade para o executivo? ----------
6- Coloco a minha última questão, todas as propostas de recomendação feitas no anterior mandato e aprovadas, se vão ver a luz do dia no vosso mandato ou se vão ser ignoradas, falo especificamente na criação da assembleia municipal jovem, o hastear da bandeira LGBT no edifício municipal no dia 17 de maio – dia internacional de luta contra a homofobia." (início: após 32 minutos; fim: após 36 minutos) ----------
3) No uso da palavra, a Senhora Sara Patrícia Batista Fernandes começou por referir tinha uma filha com doença limitativa, que iria usar cadeira de rodas, e que os arruamentos de acesso a sua casa estavam completamente destruídos, que a responsável do condomínio, no anterior executivo, já tinha feito pedido para se resolver a situação mas a mesma mantém-se, e questionava se a situação se iria arrastar por mais tempo. Questionou de seguida acerca da Escola Inclusiva, que prevê que haja sinergia entre a comunidade escolar e as autarquias, sendo que tem conhecimento que só há um terapeuta da fala para todas as escolas do agrupamento e se existe a possibilidade de reforço desta vertente. (início: após 36 minutos; fim: após 38 minutos) ----------
4) No uso da palavra, o Senhor António Gaspar iniciou por dar os parabéns ao Executivo por três medidas, que espera que tenham continuidade, nomeadamente, a derrama ser zero pois sem empresas e pessoas não temos população; a remodelação e a adjudicação do Châlet Suíço, que é criminoso estar ao abandono; e ainda a decisão do executivo de acabar com alguns negócios que acham que são muito duvidosos e que o Senhor Presidente da Câmara teve o cuidado de referir, são opções políticas. Finalizou dizendo que se precisarem realmente das pessoas que se importam com o Concelho e não com os lugares que ocupam devem continuar linha de atuação. (início: após 38 minutos; fim: após 41 minutos) ----------
O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, esclareceu o Senhor Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, relativamente à questão levantada inerente ao órgão Assembleia Municipal, dizendo a atual Assembleia Municipal tomou posse a 18 de outubro e que dias depois constatou que estavam em falta três Atas da Assembleia Municipal que esteve em funções até à Tomada de Posse, tendo de seguida contactado telefonicamente a Senhora Presidente da Assembleia Municipal cessante e falar sobre a inexistência dessas mesmas Atas. Continuou dizendo que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal cessante não demonstrou muita preocupação com o facto e iria averiguar o mesmo, sublinhando de seguida que não sabia como iriam as Atas ser aprovadas pois quem não participa numa reunião não pode votar nem participa na aprovação da Ata dessa mesma reunião e sendo que só seis elementos da Assembleia anterior se encontravam também nesta e o quórum para existir aprovação são catorze deputados municipais, desconhece solução. Referiu ainda que a situação não diz respeito à atual Assembleia Municipal e que o

assunto deveria ter ficado acautelado aquando da última reunião da anterior Assembleia Municipal, finalizando dizendo que houve preocupação acerca da Assembleia que decorre ser ordinária ou extraordinária, quando não houve preocupação em relação ao que devia causar preocupação. (início: após 42 minutos; fim: após 46 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou dizendo que relativamente à carreira que deixou de passar dentro da mata do Buçaco, iria contactar a Transdev para saber qual o motivo para que tal tenha acontecido e que sabia da importância da mesma não só para as pessoas que habitavam o Buçaco mas também para o turismo, que é essencial para a auto sustentabilidade da Fundação e para o desenvolvimento recuperação da mata nacional. Relativamente à questão Águas do Luso esclareceu que está a decorrer uma ação judicial apresentada pelo anterior executivo contra a Central de Cervejas, e que apesar de a mesma poder ter sido intentada tarde demais ou de ter havido um esvaziamento da Sociedade das Águas do Luso, teria que se aguardar uma decisão. Quanto à Quinta do Alberto, havia um plano de pormenor mas foi parado, sendo que agora com a revisão do PDM foram salvaguardados os estudos feitos na altura e terão condições para executar um projeto para o espaço, sublinhando ainda que têm a noção do que o Luso representa para o Concelho e para a região. Quanto à Avenida dos Castanheiros existe também um projeto e um estudo feito, que serão recuperados, estudados e ajustados em função da evolução dos tempos e que não está esquecido. Relativamente à segunda fase de requalificação do centro do Luso, em concreto atrás do Grande hotel do Luso, existe um problema de piso que está bastante danificado, e já se consultaram especialistas e apoio técnico na área para identificar a origem e resolver o problema, sendo que quanto ao Lago estão igualmente a ser resolvidos problemas técnicos para que haja água a correr e visível porque o Luso precisa de água e quer-se tudo em pleno funcionamento para o Verão, e quer-se realizar algumas obras para criar acessibilidade e mobilidade para todos. No que diz respeito à iluminação na Escola Básica 2/3 da Mealhada, disse que foram colocados 2 focos e que, no seguimento da empreitada que está a ocorrer, vão ser colocadas a funcionar as luminárias que lá se encontram no inicio do ano, sendo que este problema afeta igualmente o resto do Concelho e que precisa de ser resolvido. Em relação ao CityFlex, o projeto piloto inicial foi reformulado para atender de forma mais adequada às necessidades da população, tendo sido integrada agora a Freguesia de Casal Comba, sublinhando que o Executivo é um grande defensor e tudo fará para que haja transportes públicos no Concelho para toda a gente que precisa, diminuindo as viaturas nos centros das cidades e dando prioridade ao peão, para que este possa circular, passear e desenvolver o comércio local. Existem os dias agendados mas os mesmos são flexíveis e há rotas que passam pelo Luso, mas existindo lá outras alternativas de transporte público e também considerando as regras da CIM neste projeto, não existe propriamente uma rota com o nome de Luso mas de forma alguma foi retirado à população do Luso a oportunidade de usar este serviço. No tocante ao Châlet Suíço a obra esta a decorrer, quanto às Devesas existe

um processo para recuperação do património e dar-lhe uma utilização, em relação à Quinta do Murtal foi anulado o plano que estava delineado para lá e quer-se criar um pólo cultural e de ambiente, para atividade de lazer e cultura e para os mais novos, pois existem já muitos lotes para construção e muito património para recuperar. A respeito do Polivalente do Luso, o projeto existe e está pronto para ser lançado mas subsistem dúvidas e preocupações, pois não servirá a população do Luso e do Concelho e nem os turistas pois não tem caixa de palco, tem cadeiras soltas para a plateia, não teria bar, mas é algo orçado em três milhões de euros e tem de se ponderar este investimento e se o mesmo não é melhor utilizado noutras obras. Acerca do Mapa de Pessoal, o mesmo foi elaborado com o contributo dos chefes de divisão e as necessidades relatadas e será limado conforme necessário mas não houve muito tempo para acertar certas situações, e está apresentado tendo em conta o que foi indicado pelos funcionários e terá que haver correções. Relativamente à tarifa da água e saneamento, disse que vai haver um aumento, a partir de dia um de janeiro, do depósito dos resíduos sólidos urbanos, nomeadamente de mais de cinquenta e um por cento, resultado da divida enorme da empresa ERSUC e que tem de se aumentar o preços agora, e o mesmo no caso da água de modo a compensar a taxa da insalubridade e o investimento que tem de ser feito na renovação e atualização dos contadores de modo a corrigir as perdas que se verificam, tendo também sido verificado que é necessário renovar a frota ao serviço das Águas e Saneamento que estão obsoletas e não são suficientes, salientando que este aumento não é algo que agrada ao Executivo mas que têm de se fazer agora um investimento maior para depois reduzir. Esclareceu também que quanto à Assembleia Municipal Jovem e LGBT, são questões a ser analisadas e desenvolvidas pelo Executivo. Prosseguiu referindo a questão dos passeios e da falta de condições dos mesmos no que à circulação, com mobilidade reduzida ou não, respeita e que está a ser feito um levantamento de modo a proceder-se ao lançamento de concurso logo que possível, dizendo de seguida que quanto à questão da Escola Inclusiva e da terapia da fala, era uma questão que iria ser averiguada pelo Senhor Vereador responsável e pelos serviços. Finalizou agradecendo as palavras do Senhor António Gaspar. (início: após 46 minutos; fim: após 01 hora e 36 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 2: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, e não havendo inscrições colocou o mesmo à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a referida Ata n.º 2. ----------

O Senhor Filipe Jorge Castela Simões, presente na Sessão supra citada em substituição do Senhor Presidente da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Senhor Abílio Lopes Semedo, não participou da votação por não ter estado presente na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 2. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 1 hora e 36 minutos; fim após: 1 hora e 43 minutos) ----------

2) PROPOSTA PARA TRANSMISSÃO VIA STREAMING DAS PRÓXIMAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MEALHADA: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo referido que esta proposta visava colmatar e reforçar a proposta apresentada pelo Deputado Municipal João Louceiro na Sessão Ordinária de 19 de novembro de 2021, e que tem como finalidade alargar às próximas Sessões da Assembleia Municipal a transmissão das mesmas Via Streaming, sendo que este é um assunto sensível no que respeita à transmissão das intervenções do público e que para o efeito teria de existir deliberação deste órgão, até o assunto constar do Regimento da Assembleia Municipal de Mealhada. (inicio 1 hora e 43 minutos; fim após: 1 hora e 45 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, que no uso da palavra, questionou o porquê de não se ter ainda iniciado a revisão do citado Regimento, tal como foi aprovado na Sessão desta Assembleia de 19 de novembro de 2021 para que esta e outras questões fossem introduzidas no mesmo, evitado assim a introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos. (inicio 1 hora e 45 minutos; fim após: 1 hora e 46 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que, tendo ele a competência de proceder à convocatória da 1ª reunião do grupo de trabalho designado para o efeito, ainda não a tinha efetuado pois aguardava que o PS indicasse o seu representante, como comprometimento aquando da aprovação da revisão, mas que tendo sido aprovada a Ata será a convocatória enviada logo que possível, na próxima semana. (inicio 1 hora e 46 minutos; fim após: 1 hora e 48 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 1 hora e 48 minutos; fim após: 1 hora e 48 minutos) ----------

3) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 19/2021 – MANDATO 2021-2025 – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA APLICAÇÃO NO ANO DE 2022:----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta de cobrança da taxa, referindo o percentual de 0,25% a aplicar. (inicio 1 hora e 48 minutos; fim após: 1 hora e 50 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, que leu a intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Antes do assunto que aqui me traz, no que respeita ao grupo municipal do Juntos*

pelo Concelho da Mealhada, respeitaremos os compromissos assumidos na Assembleia Municipal anterior no que diz respeito às propostas do Bloco de Esquerda que foram aprovadas. ----------
No que diz respeito ao ponto da ordem de trabalhos em apreço, declaro que não vou votar a favor da proposta em causa por coerência por aquilo que tenho defendido sobre este género de tributação de que o Estado é pródigo. ----------
Na verdade, ao contrário do que muita gente está convencida, esta taxa, de facto, não é paga pelas empresas, é incluída no preço que todos os consumidores destes serviços pagam. ----------
Trata-se de uma forma disfarçada de onerar o cidadão quando não há coragem de admitir que se está a fazê-lo. Isto é, todos nós já pagamos impostos e taxas sobre o rendimento e o consumo e, não havendo coragem política em assumir o seu agravamento, disfarça-se sob a forma de taxas sobre empresas que, na realidade, estas incluem na conta final que apresentam ao consumidor. ----------
Como esta há centenas. ----------
Sabemos que é inevitável pagarmos tributos, o Estado tem de ser financiado para cumprir as suas funções, como é óbvio. Se a receita é bem aplicada ou não é outra discussão que não cabe aqui. ----------
O que aqui se critica é a falta transparência deste género de tributação." (inicio 1 hora e 50 minutos; fim após: 1 hora e 53 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, António Nogueira das Neves, Elisa Carla de Abreu Simões, Tiago Daniel Henriques Ferreira, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Mário Rui de Abreu Cunha e Filipe Jorge Castela Simões e um voto contra do Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Soares Gomes Semedo. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 1 hora e 53 minutos; fim após: 1 hora e 53 minutos) ----------

4) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 20/2021 – MANDATO 2021-2025 – DERRAMA: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta de cobrança da taxa, referindo que a mesma seria de 0,0% para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior inferiores a 150.000,00€ e de 0,75% para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior superiores a 150.000,00€ e que a decisão do valor a aplicar teve em conta a crise do COVID e os efeitos que a mesma

teve nas empresas, e que seria esta uma forma de lhes dar alguma margem de manobra. (inicio 1 hora e 54 minutos; fim após: 1 hora e 55 minutos) ----------
De seguida usou da palavra a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, após solicitação do Senhor Presidente da Câmara, através da qual reforçou as palavras ditas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acrescentando que o Município pode deliberar lançar uma derrama até ao limite de 1,5% mas que optaram pelos valores anteriormente enunciados, aplicando assim o princípio da equidade, sendo que as empresas que pagam esta taxa o fazem com sentido de responsabilidade social para com a comunidade em que estão integrados e que irá permitir com este contributo qualificar e valorizar os espaços empresariais. (inicio 1 hora e 55 minutos; fim após: 1 hora e 58 minutos) ----------
De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Nogueira das Neves, que no uso da mesma disse que no mandato anterior, para o ano de 2020, foram aprovadas nesta rubrica taxas para a receita municipal, respetivamente, de 0,5% e 1,5% e para o ano em curso passaram para 0,0% e 0,75% e se pretendem ver as mesmas repetidas em 2022, estando estas substancialmente abaixo do limite máximo permitido, indagando ainda o porquê de tal situação se verificar. Continuou referindo que o novo executivo, tal como o anterior, considera que as empresas do Concelho não são capazes desse contributo, questionando com que dados fundamentam tal facto, e que prescinde assim a autarquia de receita útil neste contexto de pandemia. Finalizou perguntando qual era o montante previsto de perdas de receita com a aprovação desta proposta. (inicio 1 hora e 58 minutos; fim após: 2 horas) ----------
O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, afirmou que o valor recebido não é tão alto como se esperaria e que a decisão das taxas a aplicar tem como intuito incentivar as pequenas e médias empresas a evoluírem e terem algum suporte financeiro para que possam criar mais empregos e assim contribuir para a riqueza do Concelho. Continuou dizendo que o executivo está a trabalhar no sentido da zona industrial ser apelativa para os industriais se valorizarem e que eles também querem contribuir, não só através da derrama, para o bem-estar, limpeza e modernização dos espaços, e portanto esta medida vai no sentido de que as pequenas e médias empresas cresçam e criem empregos e sejam saudáveis e não entrem em colapso, dispensando-as portanto do pagamento este ano. Prosseguiu dizendo que as empresas que ultrapassam o valor de 150.000,00€ devem contribuir para a evolução do Concelho, nas infraestruturas e para criar obra e dar melhores condições para os habitantes do Concelho, sublinhando que não se pode aumentar muito a derrama para estas empresas porque se o fizerem estas vão para os Concelhos vizinhos e não se tem uma zona industrial forte como se pretende, concluindo que se estão a ampliar as zonas industriais existentes com o objetivo de atrair empresários com capacidade de criar emprego e melhorar a qualidade de vida. (inicio 2 horas; fim após: 2 horas e 04 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovada por maioria, com dezasseis

votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Elisa Carla de Abreu Simões, Tiago Daniel Henriques Ferreira, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Mário Rui de Abreu Cunha e Filipe Jorge Castela Simões e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal António Nogueira das Neves. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 2 horas e 04 minutos; fim após: 2 horas e 04 minutos) ----------

5) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 21/2021 – MANDATO 2021-2025 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta de cobrança do imposto, referindo que o mesmo seria pela taxa mínima, existindo ainda uma dedução tendo em conta o número de dependentes a cargo. (inicio 2 horas e 05 minutos; fim após: 2 horas e 05 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 2 horas e 05 minutos; fim após: 2 horas e 06 minutos) ----------

6) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 22/2021 – MANDATO 2021-2025 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta de cobrança do imposto, referindo que sendo o máximo permitido de 5% foi tomada a decisão de propor o percentual de 2%, o que representa uma redução de 60% do que poderia ser arrecadado pela Câmara Municipal, mas ainda assim contribuindo para o desenvolvimento do Concelho. (inicio 2 horas e 06 minutos; fim após: 2 horas e 07 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Neves, que leu a intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*A Proposta de fixação da participação variável no IRS em 2%, equivale a 60% a menos de receita arrecadada pela CM, o que reverterá a favor dos sujeitos passivos. Beneficiam disto, claro, os cidadãos que pagam imposto, não os que estão abaixo do mínimo de existência, designadamente os que recebem o salário mínimo nacional, por estarem isentos do pagamento de IRS.* ----------

Estes trabalhadores e outras pessoas com baixos rendimentos, portanto, não vêem qualquer benefício da medida proposta pela CMM. Uma parte deles serão, simultaneamente, os que também não beneficiam da redução de IMI por não terem casa própria... ----------
Por seu lado, a CMM abdica, de novo, de receita que também poderia ser útil. Neste sentido, gostaríamos de saber qual o montante previsto de perda de receita nesta proposta. ----------
Como o PCP discorda do atual quadro legislativo nesta matéria, apresentará, após a votação, uma declaração de voto, reiterando argumentos que, na nossa opinião, continuam válidos." (inicio 2 horas e 07 minutos; fim após: 2 horas e 09 minutos) ----
Em seguida respondeu o Senhor Presidente da Câmara Municipal, sublinhando o respeito pela posição tomada pelo Senhor Deputado António Neves na sua intervenção, mas que quem recebe o ordenado mínimo é também beneficiado com o investimento que a Câmara Municipal efetua com o dinheiro de quem pode pagar o imposto, sendo que estes últimos também não sofrem agravamento de imposto de modo a também terem poder de consumo e urge trabalhar, executivo e população, para que façam compras e invistam no Concelho, para que as pessoas gostem de nele viver e a população aumente, sendo que os baixos impostos a isso ajudam. (inicio 2 horas e 09 minutos; fim após: 2 horas e 11 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 2 horas e 11 minutos; fim após: 2 horas e 11 minutos) ----------
Posteriormente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Neves, que apresentou uma Declaração de Voto, que a seguir se transcreve: ----------
"*Declaração de Voto* ----------
O PCP discorda do quadro legislativo que fomenta a competição fiscal entre municípios e que atira para cima das possibilidades e das decisões locais desagravamentos fiscais que deveriam ser organizados a partir de opções por políticas fiscais globais mais justas e equilibradas do que as que temos. ----------
Mesmo tendo pouco significado no bolso da maior parte dos contribuintes, – sobretudo os que auferem o salário mínimo e, em geral, os que estão abaixo do mínimo de existência – as decisões sobre a participação variável no IRS têm fortes efeitos subjetivos e até de propaganda que, praticamente, compelem as autarquias a abdicar de receitas que seriam importantes para o exercício das suas funções. ---
O PCP não deixa de assinalar que a proposta de fixação da participação no IRS, no município, representará uma perda muito significativa de receitas. ----------
Não obstante a discordância apresentada, tal como em anos anteriores, o PCP votou favoravelmente a proposta aqui trazida pelo executivo camarário no contexto legislativo e fiscal em que nos encontramos e que, repetimos, precisa de profundas

transformações a diversos níveis para que Portugal seja, no plano fiscal, um país mais justo." (inicio 2 horas e 12 minutos; fim após: 2 horas e 13 minutos) ----------

7) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 23/2021 – MANDATO 2021-2025 – PRORROGAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS COM FREGUESIAS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que estão previstas transferências de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesias, e que as mesmas ocorrem após negociações entre as duas entidades, o que não tinha sido feito pelo anterior executivo e que o atual, no pouco tempo de mandato decorrido, ainda não tiveram disponibilidade para tramitar este assunto em particular e tornar o mesmo formal. Finalizou dizendo que, nesse sentido tem ocorrido, desde 2018, acordos de execução no âmbito da delegação legal, pretendendo-se assim a prorrogação dos mesmos, que englobam a gestão e manutenção de espaços verdes e limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros. (inicio 2 horas e 13 minutos; fim após: 2 horas e 15 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Neves, que no uso da mesma disse que o PCP não se opõe à citada prorrogação dos acordos mas que tem conhecimento das dificuldades das freguesias ao nível dos recursos humanos, que são essenciais para assegurar a aludida transferência de competências, e que a falta dos mesmos levou a que os trabalhos de limpeza acabem por ser executados por autarcas, não colocando em causa o empenho dos novos eleitos nem a dignidade intocável das tarefas em causa, mas sim o amadorismo incompreensível da situação. Questiona de seguida se para realizar as tarefas dos acordos de execução estão garantidas as condições, principalmente a nível dos postos de trabalho, para que tal seja feito, lembrando a proposta apresentada pelo PCP na reunião ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição em que propunha um análise das condições e recursos humanos para a realização das tarefas objeto dos aludidos acordos. (inicio 2 horas e 16 minutos; fim após: 2 horas e 17 minutos) ----------

Em seguida respondeu o Senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que tem conhecimento das dificuldades que as Juntas de Freguesia têm na contratação de pessoal, nomeadamente de assistentes operacionais, e que a Câmara Municipal também têm o mesmo problema, tendo sido já lançado um concurso para o efeito e irá ser lançado outro logo no início do ano, mas muitas vezes os mesmos ficam desertos, mas realçando que está a ser feito trabalho nesse sentido mas que se trata de um problema também ele nacional e que a questão teria de ser revista de forma a tornar esta carreira atrativa. Prosseguiu dizendo que iria ser transferida verba para as juntas de Freguesia para que estas tenham capacidade de contratar pessoas para trabalhar no dia-a-dia, e atenuar assim os efeitos do COVID e de pessoas com doenças, de modo a que as aldeias não fiquem sujas e abandonadas e que o Município estará sempre ao lado das Freguesias e vice-versa e tem de existir sempre

colaboração mútua, pois todos servem a população e pretendem ter um bom Município para se circular. (inicio 2 horas e 17 minutos; fim após: 2 horas e 22 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa sublinhou que esta proposta, se aprovada, só poderá entrar em vigor depois de as respetivas Assembleias de Freguesia aceitarem a citada delegação, tendo de seguida colocado a votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 2 horas e 22 minutos; fim após: 2 horas e 23 minutos) ----------

8) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 24/2021 – MANDATO 2021-2025 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2022: ----------

O Senhor Presidente da Mesa ausentou-se por momentos, tendo o Senhor 1.º Secretário da Mesa usado da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, sublinhando o esforço dos colaboradores para que fosse possível a apresentação do orçamento num espaço de tempo tão curto, dado o pouco tempo de mandato. Prosseguiu dizendo que este orçamento foi o possível e que está muito dependente de compromissos assumidos no passado e que não foram passíveis de reverter e/ou alterar, ficando por isso com pouca margem de manobra para mudar e apresentar o orçamento que pretendiam mas que a nível de estratégia já foi introduzida alguma mudança na forma de pensar e atuar e que a mesma se vai refletir para o próximo ano, com obras que sirvam a população, mas salientando que em 2023 será apresentado um orçamento muito diferente do atual. (inicio 2 horas e 23 minutos; fim após: 2 horas e 27 minutos) -----

De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, através da qual reforçou as palavras ditas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que este era o orçamento possível dentro dos compromissos assumidos pelo anterior executivo, e que o atual executivo assume e cumpre e levará a bom porto, destacando que muitos dos investimentos em curso não seriam a prioridade do atual executivo, e a ser, seriam tratados de forma diferente, pois desconhecem a estratégia de gestão e funcionamento de muitos deles, estando ainda o executivo preocupado com a sustentabilidade dos mesmos. Continuou dizendo que não sendo o orçamento que pretendiam, iriam dentro das possibilidades implementar medidas de forma a tentar cumprir o programa eleitoral apresentado e validado pela população, de forma a reposicionar o Concelho, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável, em termos económicos, sociais ou ambientais, quer a nível regional como nacional. Finalizou expressando que o executivo sabe qual o caminho a seguir e as áreas estratégicas a apostar mas que se encontra limitado pela atual capacidade de financiamento, não sendo por isso possível definir já uma estratégia de desenvolvimento mas que a breve prazo esperavam conseguir reposicionar o

investimento para alcançar o que pretendem. (inicio 2 horas e 27 minutos; fim após: 2 horas e 35 minutos) ----------

Seguidamente pelo Senhor Presidente de Mesa, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal André Melo, que principiou por agradecer aos munícipes que intervieram, agradecendo ainda o esforço feito pelos funcionários para apresentar este orçamento. Prosseguiu destacando que este orçamento foi aprovado por unanimidade em sede de reunião de Câmara, com todos os Vereadores presentes, inclusive os do PS, e que os Senhores Deputados Municipais do PS decidiram abandonar a Sessão da Assembleia, não participando por isso na discussão do orçamento, mas que a dignidade do mesmo não iria ficar beliscada por tal fato. Sublinhou que a ausência de três Presidentes de Junta, que não participando nesta discussão decidiram não representar as suas populações para o qual foram eleitos em nome próprio, dizendo ainda que daí se percebe que a lealdade partidária se sobrepõe a outros valores. Continuou dizendo que o orçamento está condicionado pelas opções anteriores assumidas, no entanto reafirma os compromissos assumidos nos programas eleitorais, com uma postura de proximidade com as Juntas de Freguesia, agentes económicos e população, retomando os projetos estruturantes e estratégicos no turismo e inovação empresarial, deixando ainda a nota que o custo dos resíduos, e o seu aumento de 4%, é uma prova de seriedade e honestidade do executivo pois seria muito mais fácil não o fazer e deixar para o próximo mandato. Finalizou sublinhando que o orçamento já está muito comprometido com a despesa para os próximos dois anos, e que deve ser garantida a continuidade dos projetos, mas que sejam promovidas alterações necessárias aos que não foram discutidos ou que não tenham o propósito de servir o Concelho e que, dito isso, apoiariam este orçamento de forma que o executivo possa promover a mudança que a população exige. (inicio 2 horas e 36 minutos; fim após: 2 horas e 42 minutos) ----------

Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Neves, que leu a intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"O pacote de documentos previsionais inicia-se com o Relatório do Orçamento Municipal Para o Ano de 2022. Começa por falar de um período de mudança de ciclo – que é difícil de confirmar no desenrolar dos documentos – mas propondo "dar continuidade aos investimentos e aos projetos em curso, reorientando as dinâmicas e ações no sentido da concretização das metas propostas." O que há de novo é esta ideia da "reorientação das dinâmicas"... Mas o que é que isto significa? ----------

Depois, a alegada fundamentação da política orçamental proposta perde-se noutras fórmulas vistosas, mas de pouco conteúdo, recorrendo a expressões e a conceitos difusos muito na moda. Reposicionar o concelho, projetos estruturantes e alavancadores, construir um concelho mais empreendedor, atrativo e coeso de forma sustentada, integrada e conectada, construir uma sociedade competitiva e atrativa (nem é solidária, nem justa...), ter por base a apetência no âmbito do turismo, da indústria, da logística, etc., e por aqui nos ficamos. ----------

De seguida, referências que merecem concordância a projetos de dinamização de centros das sedes de freguesias, mercados municipais, mercados locais, promover a produção e o comércio, valorizar circuitos curtos... Ou a requalificação do Rio Cértima e seus afluentes, a requalificação e valorização do espaço público... Mas estas e outras, salvo melhor opinião, ficam a fazer figura num texto muito ao jeito de uma certa linguagem de recorte tecnocrático, que agora está na moda, mas não parecem ser projetos com representação nos documentos e nas opções orçamentais. ----------

Também há a Educação e a Coesão Social como pilares estratégicos do desenvolvimento e alguns elementos-chave para a construção de uma sociedade mais conectada (mas o que é isto da sociedade mais conectada? É que nos parece que o sentido aqui dado a esta expressão nem sequer acompanha a sua origem...) uma sociedade, mais ambiciosa, mais coesa e mais responsável... E ainda a reorientação estratégica de posicionamento do Município, seja lá isso o que for, esperando que não haja a veleidade de tentar mudar a sua posição geográfica. -----

No último parágrafo fala-se do capital humano, mais uma notável expressão da modernidade capitalista, expressão que não é ideologicamente neutra e que traduz uma noção muito diferente da de trabalhadores, como é sabido. Diferente e obediente a outros compromissos e valores políticos e ideológicos. ----------

Na reunião ao abrigo do estatuto do direito de oposição, o PCP, como tem sido seu timbre, apresentou um vasto conjunto de propostas. Não encontramos grande expressão desses contributos nos documentos previsionais. Aliás, também algumas das ideias que ouvimos com agrado, avançadas pelo senhor presidente nessa reunião têm nenhuma ou só ténue presença nos documentos e foram completamente ignorados pelo esforço retórico do enquadramento apresentado inicialmente. ----------

De resto, contrariando até o tal anúncio de um novo ciclo, que se pressupõe não ser apenas de protagonistas, o orçamento não se afasta do que eram as opções do anterior executivo, quer ao nível das receitas, quer, nas despesas, dos projetos em destaque e, até, dos que continuarão, em 2022, a ser empurrados com a barriga, sem que se augurem desenvolvimentos significativos à vista. Não dizemos, com isto, que não seja natural uma grande coincidência, até porque, é incontestável, há projetos que foram lançados, alguns financiados, e é preciso concluir – vamos ver se isto acontece – e outros que é preciso prosseguir da melhor maneira, tirando-os do marasmo em que acabaram por ficar. Mas não podemos deixar de notar que o tal "novo ciclo" não se comprova, pelo menos ainda, nos documentos previsionais, até porque a abundância excessiva de palavras no enquadramento dos documentos previsionais com poucas ideias constituiu, na nossa modesta opinião, uma oportunidade perdida para o fazer. ----------

Ainda assim, usando o clássico benefício da dúvida, o PCP contribuirá para a aprovação das propostas de documentos previsionais aprovadas por maioria pelo executivo. Como se espera, o benefício da dúvida será seguido do escrutínio e do

questionamento que o PCP sempre exercita, consciente de que é isso que lhe compete enquanto oposição com representação na AMM. ----------
Concluindo: o PCP vota a favor dos primeiros documentos previsionais apresentados pelo atual executivo da CM." (inicio 2 horas e 42 minutos; fim após: 2 horas e 47 minutos) ----------
De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, que leu a intervenção, cuja transcrição requereu: ----------
"*O grupo municipal Juntos pelo Concelho da Mealhada analisou o documento agora em apreço e manifesta que este ainda não é o orçamento que queríamos aprovar. - Na parte do orçamento em que é possível tomar opções políticas diferenciadoras reflete essencialmente a herança das escolhas do executivo anterior, tal como foi referido há pouco pelo senhor Presidente da Câmara, assim como as condições no que respeita a tempo disponível e conhecimento das matérias em que foi elaborado. Esta constatação não resulta de uma análise crítica dessas opções tomadas outrora, quer no sentido positivo, quer negativo. Isso seria completamente extemporâneo e inútil neste momento.* ----------
Está em causa neste momento a necessidade de honrar compromissos já assumidos e gerir a melhor forma de alocar recursos e concluir obras em curso. ----------
Por outro lado, constatamos incongruências, imperfeições de diversa natureza, omissões em determinadas áreas. Esperamos muito sinceramente que o próximo orçamento, já elaborado noutras condições, venha a ser mais coerente e completo. Esperamos que os próximos orçamentos já contenham opções mais interessantes, ambiciosas e reflexo da mudança que percebemos que este executivo quer imprimir na sua política para o concelho. ----------
Seremos atentos, críticos e construtivos!" (inicio 2 horas e 47 minutos; fim após: 2 horas e 49 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 2 horas e 49 minutos; fim após: 2 horas e 49 minutos) ----------

9) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 26/2021 – MANDATO 2021-2025 – MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA PARA O ANO DE 2022: ---

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que este Mapa de Pessoal um resumo das necessidades que os colaboradores da Câmara Municipal de Mealhada sentem para tornar os serviços mais produtivos, e que o mesmo foi feito em tempo recorde, sendo certo que os lugares a ocupar não o seriam de imediato mas que serviria de base de trabalho para ir sendo ajustado. (inicio 2 horas e 49 minutos; fim após: 2 horas e 51 minutos) ----------

Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Neves, que leu a intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"Notamos que o mapa de pessoal, não traduz uma realidade que temos vindo a questionar desde há vários anos: o recurso a numerosas situações de contratos de prestação de serviços em regime de avença. Os mapas de pessoal não identificam estas situações, bem o sabemos, como sabemos que isso acaba por ajudar a ocultar a sua dimensão. O que temos vindo a dizer é que o que se verifica, pelo menos em muitas dessas situações, é que não se trata de verdadeira contratação para prestação de serviços, mas de postos de trabalho em que há submissão jurídica e hierárquica, sujeição a horários de trabalho e outros elementos indicados no Código de Trabalho como caraterísticas de contratos de trabalhos (e não de prestação de serviços). Estaremos, presume-se, perante situações de falsos recibos verdes. ------

Em mandatos anteriores tem-nos sido alegada a conformidade legal destas situações. Não nos referimos aqui a algumas que se afiguram, manifestamente, de prestação de serviços, mas que serão, possivelmente, minoria. Têm-nos sido alegados os entraves e as complicações que a legislação da contratação pública coloca à celebração de contratos a termo, dificultando a satisfação de necessidades que vão surgindo, umas temporárias, outras nem tanto. Tem-nos sido argumentado que na sequência de alguns desses casos de prestação de serviços têm sido, posteriormente, abertos concursos e contratados, até por tempo indeterminado, trabalhadores que estavam em prestação de serviços, o que, sendo positivo, não apaga o eventual uso abusivo da figura da prestação de serviços. ----------

Os próprios documentos previsionais discutidos nesta sessão parecem reforçar as nossas dúvidas sobre a forma como a autarquia vem recorrendo a prestações de serviços. Admitimos que haja algum erro de leitura da nossa parte, mas é o que entendemos quando encontramos nos mapas da despesa, na área de "Despesas com o pessoal", uma rubrica de cerca de 70 mil euros, apenas, para pessoal em funções contratado a termo e, logo a seguir, uma outra para pessoal em regime de tarefa ou avença de 415 mil euros. Isto é, a verba para contratos de prestação de serviços e de tarefas é quase seis vezes maior que a prevista para contratos a termo, que deveria ser a forma normal de contratação de trabalhadores para a satisfação de necessidades temporárias. ----------

Um outro aspeto que o PCP entende colocar tem a ver com o suplemento de penosidade e insalubridade. O presente mapa de pessoal, de acordo com a lei em vigor, passa a incluir a identificação dos postos de trabalho em que foram identificadas condições de penosidade e insalubridade. A nossa questão não é discutir, caso a caso, a justeza da identificação desses postos de trabalho e, porventura, a falta de outros que podiam constar. ----------

No mapa estão identificadas dez situações que, pela decisão do anterior executivo, determinam a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade. Correspondem a um total de 48 postos de trabalho, 30 ocupados e 18 a prover. Serão só esses 30, portanto, que estarão a beneficiar, de momento, do parco, tardio e insuficiente suplemento, ainda assim um avanço que foi possível por intervenção

do PCP, após vinte anos com os governos do PS e do PSD e CDS-PP, a adiarem reiteradamente a aplicação do que há muito tinha sido previsto em lei. ----------
Todas as situações foram classificadas como de nível médio, ou de nível baixo de penosidade e insalubridade. Não há nenhuma que tivesse sido apontada como de nível alto, isto é, que vá beneficiar dos valores máximos de suplemento legalmente admitidos. Todas as situações identificadas são na área da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente. Fora desta não foi encontrada qualquer outra de "assistente operacional" cujas funções sejam caracterizadas penosidade e ou insalubridade. Numa das últimas sessões da AMM no mandato anterior, questionado pelo PCP acerca da atribuição deste suplemento aos trabalhadores da autarquia – que, para além dos mais de vinte anos de atraso nacional, ainda teve, na Mealhada, de aguardar mais oito meses para ser objeto de atenção do executivo municipal –, o anterior presidente da câmara afirmava que a decisão tinha sido exclusivamente técnica, não tinha tido intervenção política. ----------
Ora, o PCP não pode discordar mais disto. Uma decisão destas, de valorização, ainda que pouca, do trabalho, em especial o que é prestado em condições penosas e insalubres – e deveria ser considerado também o risco, embora o PS tenha fugido a isso –, não é uma decisão meramente técnica. A decisão de valorizar, pela atribuição do suplemento, retribuições que são baixas ou muito baixas, não é uma decisão meramente técnica. A decisão de melhorar rendimentos dos trabalhadores da autarquia com recurso a um dispositivo legal em vigor, não é meramente técnica. Da mesma maneira que a decisão do PS, do PSD e do CDS-PP, quando, no governo, atrasaram por mais de duas décadas a regulamentação do suplemento também não foi uma decisão meramente técnica, foi mesmo decisão política! ----------
Entende o PCP que a forma como estão atribuídos os suplementos deve ser revista. Na reunião do estatuto do direito de oposição, uma das propostas que fez chegar ao senhor presidente António Jorge Franco foi a de que esta matéria fosse revista no sentido de corrigir a linha minimalista e insuficiente seguida pelo anterior executivo. A verdade é que, também neste caso, nenhum reflexo da proposta do PCP surge nos documentos previsionais há pouco aprovados. Caiu, por assim dizer, em saco roto. ----------
Esta não é, insiste-se, uma questão apenas técnica e não é uma possibilidade financeiramente insustentável, como houve oportunidade de perceber. É uma questão política que tem a ver com a valorização ou não do trabalho e dos trabalhadores da autarquia. ----------
Tendo em conta o exposto, o PCP irá abster-se na votação da proposta do mapa de pessoal da Câmara Municipal da Mealhada para 2022." (inicio 2 horas e 51 minutos; fim após: 2 horas e 57 minutos) ----------
De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, que leu a intervenção, cuja transcrição requereu: ----------
"*O grupo municipal Juntos pelo Concelho da Mealhada reparou que existe um significativo número de postos de trabalho com a indicação de "a prover" em número significativo.* ----------

Ouvimos o esclarecimento que o Sr. Presidente deu há pouco sobre esta matéria e retirámos as devidas ilações. ----------
Se, por um lado, é um bom sinal para quem procura emprego estável no que respeita a remuneração e condições laborais, por outro queremos acreditar que serão postos de trabalho de que os quadros da Câmara Municipal necessitam mesmo para cumprir a sua missão. ----------
Notámos, entre outros, a necessidade de recrutar um elevado número de cantoneiros em diversas unidades orgânicas, e, sobretudo, assistentes operacionais no sector da educação. Neste último caso, trata-se de 15 pessoas em 90 que se espera atingir no total, correspondente a 13,5% do total de efetivos em falta. ----------
Esperamos, portanto, havendo essa necessidade, que o processo de recrutamento seja o mais célere possível uma vez que a qualidade do trabalho nas escolas depende em parte do trabalho dos assistentes operacionais." (inicio 2 horas e 58 minutos; fim após: 3 horas e 01 minuto) ----------
Em seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, e referindo-se ao suplemento de insalubridade, concordou com as palavras ditas pelo Senhor Deputado António Neves, acrescentando que o citado suplemento é uma decisão política, sem apoio de nenhum parecer técnico. Disse ainda que este orçamento não é o que o executivo queria, e que nesse seguimento, sabia como era importante para as crianças o balneário do Luso, expressando vergonha pelos anos em que foram usados contentores sem condições nenhumas, e que seria agora feita obra no montante de cerca de oitocentos mil euros, ou seja, o custo de construção de três moradias, e que querendo que hajam condições não pode haver exagero no que se faz e que já tendo projetos muito comprometidos terá de existir um esforço de todos para haver uma correção e assim conseguir criar condições, também financeiras, para captar bons profissionais e que no próximo ano seriam apresentadas correções. Elogiou ainda a postura e as propostas apresentadas pelo PCP, na reunião citada em intervenção anterior, dizendo partilhar muitas dessas ideias, deixando também uma palavra de apreço ao Juntos pelo Concelho da Mealhada, que tem sido fundamental no projeto que está a ser desenvolvido, terminando agradecendo aos colegas Vereadores pela disponibilidade. (inicio 3 horas e 01 minuto; fim após: 3 horas e 07 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Elisa Carla de Abreu Simões, Tiago Daniel Henriques Ferreira, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Mário Rui de Abreu Cunha e Filipe Jorge Castela Simões e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal António Nogueira das Neves. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 3 horas e 07 minutos; fim após: 3 horas e 07 minutos) ----------

10) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 27/2021 – MANDATO 2021-2025 – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta. (inicio 3 horas e 07 minutos; fim após: 3 horas e 08 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, António Nogueira das Neves, Elisa Carla de Abreu Simões, Tiago Daniel Henriques Ferreira, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Mário Rui de Abreu Cunha e Filipe Jorge Castela Simões e duas abstenções dos Senhores Deputados Municipais Pedro Miguel Soares Gomes Semedo e Iola Marina Gaspar Baptista. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 3 horas e 08 minutos; fim após: 3 horas e 09 minutos) ----------

11) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 32/2021 – MANDATO 2021-2025 – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que se trata de nomeação de um auditor externo, candidato único ao concurso que ocorreu para o efeito, e para os anos económicos de 2022, 2023 e 2024. Finalizou esclarecendo que apesar de ter ocorrido uma cisão da empresa que inicialmente concorreu ao citado concurso, nada obsta ao prosseguimento e designação do auditor, dado que o número de contribuinte é o mesmo da que apresentou a proposta. (inicio 3 horas e 09 minutos; fim após: 3 horas e 10 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Neves, que no uso da mesma sublinhou que o auditor externo apresentado e admitido era já um velho conhecido, concorrente único como constava nos documentos da proposta em análise. (inicio 3 horas e 10 minutos; fim após: 3 horas e 11 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 3 horas e 11 minutos; fim após: 3 horas e 12 minutos) ----------

12) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 33/2021 – MANDATO 2021-2025 – PRORROGAÇÃO DE MEDIDAS EXCECIONAIS DE APOIO NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19 – ISENÇÃO DE TAXAS ATÉ FINAL DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2022: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que tendo em conta as dificuldades destas áreas profissionais esta medida serviria para colocar e aumentar as esplanadas, criando o bom hábito das pessoas utilizarem o espaço público, e usufruído as empresas desta mais-valia que é a isenção. (inicio 3 horas e 12 minutos; fim após: 3 horas e 14 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, que no uso da mesma sublinhou e salientou este apoio dado à comunidade, assim como o esforço financeiro que o Município tem vindo a efetuar no âmbito do COVID. Continuou dizendo que, nesse sentido, foi a Santa Casa da Misericórdia apoiada por parte do Município num valor de aproximadamente 120.000,00€, para efeitos de aquisição de 18 ventiladores, elogiando tal auxílio em prol do esforço do combate ao flagelo do COVID mas que perante tal esforço e investimento se deveria proceder a uma análise e monotorização dos resultados alcançados, questionando ainda onde se encontram os ventiladores pagos pelo Município, quantos utentes beneficiaram dos mesmos e quantas vidas se salvaram em virtude disso. Terminou salientando que é importante ter resposta a estas questões e saber se o objetivo deste esforço de investimento que foi promovido, e bem, pelo Município foi atingido pois trata-se de um custo para todos, através das taxas e impostos que indiretamente terão que pagar. (inicio 3 horas e 14 minutos; fim após: 3 horas e 17 minutos) ----------

Em seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que não consegue dar uma resposta às questões formuladas e que imagina que os ventiladores mencionados estarão no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, dizendo ainda que, pelo conhecimento que tem, nenhum utente necessitou deste equipamento pois os doentes COVID tinham outro destino e que o Hospital da Santa Casa da Misericórdia não era uma referência nesta área. Prosseguiu dizendo que esse foi um investimento significativo da população, esperando que sejam utilizados não só para o COVID mas para salvar vidas, e que são um valor acrescentado para quem frequenta o mencionado hospital, que é ele mesmo uma mais-valia para o Concelho pelos postos de trabalho que cria e pelos serviços que presta, terminando por afirmar que iria questionar a Santa Casa da Misericórdia sobre este assunto. (inicio 3 horas e 17 minutos; fim após: 3 horas e 20 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 3 horas e 21 minutos; fim após: 3 horas e 21 minutos) ----------

13) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 34/2021 – MANDATO 2021-2025 – MEDIDAS EXCECIONAIS DE APOIO NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE SUSPENSÃO, A TÍTULO EXCECIONAL E TEMPORÁRIO, DA NORMA DO ARTIGO 25º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU BEBIDAS NÃO SEDENTÁRIO: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta. (inicio 3 horas e 21 minutos; fim após: 3 horas e 23 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 3 horas e 23 minutos; fim após: 3 horas e 23 minutos) ----------

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, agradeceu a participação e o empenho de todos, desejando ainda a todos os presentes e à população do Concelho um bom ano de 2022, com saúde, felicidade e compreensão para que as pessoas consigam colocar os interesses do Município acima dos interesses políticos. (inicio 3 horas e 23 minutos; fim após: 3 horas e 25 minutos) ---

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 00 horas e 04 minutos, do dia 30 de dezembro de 2021, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim Rui Miguel Esteves Machado, Rui Miguel Esteves Machado, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, que a redigi, bem como pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. ----------

Mealhada, 30 de dezembro de 2021. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ----------

Carlos Alberto da Costa Cabral. ----------